

Eduardo Braga

ANO 1 - Nº1

SENADOR

A close-up portrait of Senator Eduardo Braga, a middle-aged man with dark hair, wearing glasses, a dark suit, a white shirt, and a patterned tie. He is smiling slightly and looking towards the right of the frame. The background is blurred, showing other people in a crowd.

PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O papel da ZFM no debate
sobre o desmatamento

COMPROMISSO COM O AMAZONAS

Saúde, infraestrutura e qualidade de
vida para Manaus e para o interior

GUERRA CONTRA OS JUROS

É preciso ampliar a concorrência no
mercado de crédito

PAVIMENTAÇÃO DA BR 319

PARCERIA COM MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA GARANTE PRIMEIRA VITÓRIA



[instagram.com/eduardobraga_am](https://www.instagram.com/eduardobraga_am)



[facebook.com/SenadorEduardoBraga](https://www.facebook.com/SenadorEduardoBraga)



twitter.com/Sen. Eduardo Braga

SUMÁRIO



Mais saúde e
qualidade de vida
para os amazonenses

4

Recuperação da
BR-319 começa
a sair do papel

8



O papel estratégico
da Zona Franca
de Manaus

10

Cruzada
contra os
juros abusivos

23



Reforma da
Previdência:
marco histórico

34

Editorial **2**

R\$ 134 milhões para
pavimentação urbana **6**

Apoio ao setor de
concentrados **12**

Artigo **13**

Homenagens **15**

Gabinete aberto **16**

Queimadas e desmatamento:
o momento exige bom senso **18**

Preço mínimo para
o pirarucu **20**

Artigo **21**

Uma nova tabela para o IR **25**

Valorização do
salário mínimo **26**

Artigo **27**

Voto registrado **29**

Eduardo Braga é um dos
"Cabeças do Congresso" **32**

Convenção Nacional do MDB **36**

O novo pacto federativo **37**

Investimentos na Reman **39**

Energia mais limpa e barata **40**

EXPEDIENTE

Jornalistas responsáveis: Taisa Ferreira (2651/MG) - Luciana Bezerra (DRT-AM 007 / Livro 06 / FLs 007)

Projeto gráfico/Diagramação: Raimundo Aragão - Telefone Gabinete: (61) 3303-6230 E-mail: sen.eduardobraga@senado.leg.br



COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

Foi um ano difícil, pontuado por turbulências políticas e marcado por uma chaga sem tamanho, do ponto de vista social e econômico: apesar dos sinais — ainda frágeis — de recuperação da economia, atravessamos 2019 com quase 13 milhões de brasileiros sem trabalho e 40 milhões de subempregados.

No Senado, respondemos com firmeza aos desafios que nos foram impostos. A aprovação da reforma da Previdência foi um primeiro passo para o enfrentamento do desemprego e da crise fiscal. Amarga, mas necessária, ela também garante o justo direito de futuras gerações aos benefícios previdenciários.

Fomos além. Fechamos 2019 com a certeza de que avançamos bastante no desenho de um novo pacto federativo, capaz de afrouxar a centralização excessiva de recursos na União, de reduzir as desigualdades regionais e de devolver a estados e municípios o poder de movimentar a economia e de gerar mais empregos.

O ano de 2019 também marcou uma primeira vitória sobre a cobrança de juros extorsivos ao consumidor, uma de nossas principais bandeiras. Em 2020, vamos continuar lutando para que a decisão de limitar os juros do cheque especial seja seguida pela redução expressiva das taxas do rotativo dos cartões de crédito.

A receita para a retomada do crescimento passa, necessariamente, pela redução dos juros e pela

O espírito público, o diálogo e a responsabilidade continuarão pautando nossos trabalhos neste novo ano //

ampliação do crédito, especialmente para pequenos empreendedores. Por isso nossa convicção na luta contra o cartel dos bancos e a falta de concorrência no mercado de crédito.

Na área de segurança, comemoramos a aprovação do projeto anticrime e do projeto que torna imprescritível o crime de feminicídio. Outra vitória foi a aprovação do Médicos pelo Brasil. Quem sai ganhando é a população que mora nas regiões mais distantes e excluídas do país, como o Vale do Javari, no nosso Amazonas.

E é com os amazonenses, sempre, o meu primeiro compromisso. Por isso minha satisfação em registrar que, em 2019, conseguimos, mais uma vez, levar saúde, infraestrutura e qualidade de vida à região metropolitana de Manaus, ao interior do estado, às inúmeras comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas.

Entre outros benefícios, asseguramos para o Amazonas 20 Unidades Básicas de Saúde Fluviais. Muitas delas já estão, rio afora, levando atendimento médico e odontológico de qualidade a dezenas de milhares de pessoas. Também conseguimos aportar para os nossos municípios mais de R\$ 134 milhões para pavimentação urbana e recapeamento de vias.

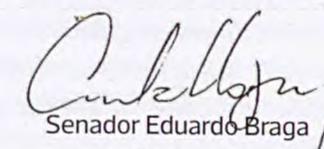
Nossa parceria com o ministro da Infraestrutura também rendeu bons frutos. Um de nossos proje-

tos mais importantes, a recuperação da BR 319, começou, finalmente, a sair do papel. Essa é uma luta antiga, da qual não abrimos mão.

Mas 2019 foi um ano duro para quem conhece de perto a importância da Zona Franca de Manaus. Só o descaso e a desinformação podem alimentar as críticas infundadas ao maior e mais bem-sucedido modelo de desenvolvimento regional do país. Nunca é demais lembrar que, além de gerar mais de 350 mil empregos, o Polo Industrial de Manaus é fundamental para a preservação da floresta amazônica, ao oferecer alternativas de trabalho e renda mais lucrativas que atividades predatórias.

O avanço alarmante do desmatamento e das queimadas na Amazônia foi outro debate marcante em 2019. Um debate em que faltaram bom senso e equilíbrio e que precisa ser pautado pela convicção de que desenvolvimento e preservação devem caminhar lado a lado.

Tenham a certeza de que o espírito público e a responsabilidade continuarão pautando nossos trabalhos neste novo ano. Um 2020 pleno de paz, saúde e oportunidades para todos nós!


Senador Eduardo Braga



Saúde para quem precisa

Comunidades rurais, indígenas e ribeirinhas ganham acesso a atendimento médico e odontológico com as 20 UBS fluviais garantidas pelo senador Eduardo Braga

Neste momento, várias Unidades Básicas de Saúde (UBS) fluviais navegam pelos afluentes do rio Amazonas, levando aos cidadãos amazonenses de comunidades rurais, indígenas e ribeirinhas um serviço público essencial: atendimento médico e odontológico de qualidade.

Foi graças a emendas do senador Eduardo Braga ao Orçamento da União que o interior do Amazonas ganhou 20 UBS fluviais este ano. Doze delas já percorrem os rios, garantindo aos moradores dos rincões do maior

estado do Brasil atendimento digno de saúde, entre consultas, exames clínicos, como testes de glicemia e HIV, pré-natal, aplicação de vacinas e aferição da pressão arterial.

“Saber que essas unidades estão cumprindo com louvor a missão para a qual foram concebidas nos enche de orgulho e satisfação”, afirma o parlamentar. Ele destaca que só quem conhece o interior amazonense sabe da importância dos serviços prestados pelas UBS fluviais.

“São unidades que estão fazendo a diferença na saúde pública e vão ajudar o Amazonas a melhorar o seu Índice de Desenvolvimento Humano”, avalia.

As 20 UBS fluviais providenciadas pelo senador Eduardo representam R\$ 47 milhões de investimento, incluindo a aquisição de equipamentos hospitalares para as unidades fluviais de Carauari, Jutai, Tefé e Parintins.

UNIDADES JÁ ENTREGUES:

Boca do Acre, Caapiranga, Codajás, Itapiranga, Maraã, Santa Isabel do Rio Negro, São Sebastião do Uatumã, Urucurituba, Anori, Tapauá, Manaquiri e Canutama.

UNIDADES QUE FALTAM:

Ipixuna, Japurá, Urucará, Eirunepé, Guajará, Juruá, Nova Olinda do Norte e Amaturá.

POR DENTRO DE UMA UBS FLUVIAL

Construída em aço naval, a embarcação tem dois pavimentos. A estrutura é dividida em consultórios médicos e sala de espera para pacientes. A unidade é toda mobiliada, climatizada e conta com equipamentos hospitalares, onde são ofertados serviços odontológicos, laboratoriais, exames preventivos, vacinas e atendimento de clínico geral. Os pacientes também têm acesso a medicamentos básicos mediante receitas prescritas no local.



MAIS DE R\$ 150 MI PARA A SAÚDE

De 2011 a 2019, o senador Eduardo viabilizou R\$ 153 milhões para a saúde do Amazonas. Desse valor, R\$ 117 milhões já foram executados, o correspondente a 76% do total empenhado. Além das UBS fluviais, o Piso de Atenção Básica (PAB) é o destino de boa parte dos investimentos federais providenciados por Eduardo Braga. O PAB inclui a manutenção das unidades de saúde, compra de medicamentos e de equipamentos, como macas, leitos, ambulâncias e ambulanchas.

R\$ 134,5 milhões para mobilidade urbana

Recursos garantidos pelo senador Eduardo Braga beneficiaram a Região Metropolitana de Manaus e 17 municípios do interior com pavimentação e recapeamento de vias



O senador Eduardo Braga tem dedicado atenção especial, em seu mandato, à garantia de recursos para infraestrutura e mobilidade urbana nos municípios do Amazonas. Do total de R\$ 134,5 milhões assegurados em 2019 para pavimentação e recapeamento de vias, R\$ 67,2 milhões foram direcionados para 17 municípios do interior. Emendas impositivas de bancada ao Orçamento da União de 2019 garantiram outros R\$ 67,3 milhões para a Região Metropolitana de Manaus.

Foram atendidas as prefeituras de Manacapuru, Novo Airão, Careiro Castanho, Manaquiri, Itacoatiara, Autazes, Itapiranga, Atalaia do Norte, Barreirinha, Borba, Carauari, Eirunepé, Fonte Boa, Jutai, Lábrea, Maraã, Nova Olinda do Norte, Parintins, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Tabatinga e Tapauá.

“São recursos que vão gerar diversos benefícios, tanto na infraestrutura básica quanto na economia dos municípios, com a contratação de mão de obra local. É

assim, com muito trabalho, que a gente agradece ao povo do Amazonas”, destaca Eduardo Braga.

ORÇAMENTO DE 2017

Também começaram a ser liberados, em 2019, R\$ 40,9 milhões assegurados por emendas do senador Eduardo ao Orçamento de 2017 para pavimentação.

Os recursos atenderam às prefeituras de Amaturá, Benjamin Constant, Carauari, Itacoatiara, Lábrea, Manaquiri e Nova Olinda do Norte. R\$ 3 milhões foram viabilizados por Eduardo Braga também no Orçamento de 2017 para a pavimentação da Estrada do Taquara, atendendo à prefeitura de Carauari.

“Além de beneficiar diretamente milhares de famílias, as obras aqueceram a economia dos municípios, com a geração de empregos diretos e indiretos. É um trabalho gigante, que nos impulsiona a batalhar ainda mais para garantir novos recursos aos nossos municípios”, conclui o senador Eduardo.

R\$ 67 MI
PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS



Imagens internet

TEFÉ INAUGURA MAIOR FEIRA COBERTA DO AM

No fim de agosto, a população de Tefé recebeu a Feira Municipal Eduardo Nunes de Sá. O maior empreendimento do gênero no Norte foi erguido graças a emendas providenciadas pelo senador Eduardo Braga no Orçamento da União.

A estrutura moderna conta com espaço para 195 produtores rurais e já beneficia 127 comunidades tefeenses, além de aquecer a economia dos municípios próximos a Tefé, como Alvarães, Fonte Boa, Maraã, Juruá, Japurá, Jutai e Uarini.

SANEAMENTO BÁSICO

Outra preocupação do senador Eduardo foi com saneamento básico. Para construção de sistema de abastecimento de água, ele destinou, em 2017, R\$ 7 milhões para Boca do Acre, R\$ 6 milhões para Tapauá e R\$ 1 milhão para Itapiranga. Em 2019, destinou R\$ 10 milhões para melhorias sanitárias domiciliares nos municípios de Itacoatiara (R\$ 2 milhões), Manacapuru (R\$ 2 milhões) e Parintins (R\$ 2,5 milhões). Careiro Castanho também foi beneficiado com R\$ 3,5 milhões para implantação de sistema de abastecimento de água.

INCENTIVO AO TURISMO DE PARINTINS

O senador Eduardo Braga destinou R\$ 1,3 milhão das suas emendas ao Orçamento da União de 2020 para investimentos na infraestrutura turística da Serra da Valéria, em Parintins. Situada na fronteira do Pará com o Amazonas, ela reúne quatro comunidades ribeirinhas (São Paulo, Betel, Bete Semes e Santa Rita da Valéria) e atrai, todos os anos, milhares de turistas estrangeiros pela exuberância da flora e da fauna, além da ancestralidade dos povos indígenas. O local, no entanto, precisa de uma estrutura mínima para receber os visitantes, como o ordenamento turístico e a qualificação dos comunitários.



ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

A cidade de Amaturá, que tem como atividade principal a agricultura, ganhou uma patrulha mecanizada para a canalização de córregos e correção de solos, com a liberação dos recursos da emenda de R\$ 2,437 milhões apresentada por Eduardo Braga ao Orçamento de 2017. Os dois caminhões-caçambas, os veículos picapes, a retroescavadeira, o trator e os rolos compactadores vão ser fundamentais para facilitar o escoamento da produção e dinamizar a economia local. A prefeitura de Caruarí também recebeu uma patrulha mecanizada para melhorar a produção agrícola, sendo beneficiada com a liberação de R\$ 1,7 milhão da emenda apresentada por Eduardo Braga ao Orçamento de 2017.



Persistência, diálogo e recursos: a receita de Eduardo Braga para tirar a BR-319 do atoleiro

A pressão do parlamentar sobre as autoridades federais começa a dar resultados, com o aviso de licitação para a pavimentação do “trecho do meio” da rodovia que liga Manaus a Porto Velho

Via terrestre que liga Manaus a Porto Velho (RO) e ao restante do Brasil, a BR-319 é uma das causas mais caras ao senador Eduardo Braga. Nos últimos anos, o parlamentar tem aproveitado todas as prerrogativas garantidas pelo mandato para pressionar as autoridades federais a liberarem a pavimentação da rodovia. As sucessivas reuniões em ministérios, audiências em comissões do Senado e reivindicações públicas de

providências começaram a dar resultados efetivos no segundo semestre de 2019.

No início de novembro, o senador Eduardo recebeu, do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, a informação do Aviso de Licitação Eletrônica para contratação de empresa para pavimentação do “trecho do meio” da via, entre os quilômetros 250 e 656,40. Órgãos vinculados à pasta também passaram a executar reparos emergenciais na via.

“É a coroação de um trabalho de muitos anos que temos levado adiante em Brasília. Nunca desistimos da BR-319 e de todos os cidadãos que transitam por ela”, afirma o senador. No começo de dezembro, ele sobrevoou os 100 quilômetros iniciais da rodovia e pôde conferir a qualidade das primeiras obras.

PARCERIA

A parceria entre Eduardo Braga e o ministro Tarcísio de Freitas tem se mostrado perfeita. Os dois se conheceram há 16 anos. Na época, Eduardo Braga assumia o primeiro mandato como governador do Amazonas e Tarcísio de Freitas ocupava um cargo de comando no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). No Ministério da Infraestrutura, Tarcísio tem mantido abertas as portas para as demandas do senador do Amazonas, principalmente para as questões relacionadas à BR-319.

Dois episódios ocorridos em setembro ilustram a disposição do ministro em tirar os cidadãos da lama que virou a rodovia. No começo do mês, depois de ouvir do senador e do prefeito de Carreiro Castanho, Nathan Macena, apelos por reparos urgentes nos trechos da BR-319 que atravessam o município, o ministro prometeu viabilizar todos os recursos necessários para as obras.

Dias depois, representantes da Associação dos Amigos Defensores da BR-319, com os quais Eduardo Braga mantém contato permanente, relataram ao senador as péssimas condições de uma ponte de madeira sobre o Rio Atií, nas proximidades da comunidade do Igapó-Açu. O parlamentar pediu os reparos ao ministro Tarcísio, que logo colocou uma equipe em ação.

“Recuperar a BR-319 exige união e persistência. Por isso é importante a participação de todos nessa empreitada. Fico muito feliz ao constatar que consegui estabelecer esse elo entre os amazônidas e o centro de poder do país. Tudo com muito diálogo”, avalia o senador.

Eduardo Braga também se mobilizou no Congresso para assegurar recursos para a pavimentação da BR-319 no Orçamento da União para o exercício de 2020. É dele a emenda aprovada na Comissão de Infraestrutura que garantiu R\$ 100 milhões para a rodovia; outros R\$ 10 milhões foram aportados para a BR-319 por emenda impositiva de bancada.

**EMENDAS
GARANTEM
R\$110 MI
PARA A RODOVIA**

Socorro aos aeroportos

Vagner Carvalho



O “apagão aéreo” no interior do Amazonas também tem mobilizado as ações do senador Eduardo no Ministério da Infraestrutura. No começo de dezembro, o parlamentar definiu, junto ao ministro Tarcísio de Freitas, uma estratégia para socorrer o setor e todos os cidadãos que dependem de transporte aéreo para se deslocarem entre a capital Manaus e o interior. Além da disposição de aeronaves para voos no interior, foi acertada a realização de obras de emergência nos aeroportos de São Gabriel da Cachoeira e Eirunepé, que apresentam as piores condições para pousos e decolagens.

Segundo Tarcísio de Freitas, a pasta tocará diversas obras em outros aeroportos do estado no primeiro semestre de 2020, a começar pelo de Coari. “Com isso, vamos criar a infraestrutura necessária para haver mais concorrência na região”, ponderou o titular da Infraestrutura.

Estão previstas intervenções também nos aeroportos de Itacoatiara, Maués e Fonte Boa. “Esperamos vencer os obstáculos que dificultam a aviação regional. O custo da passagem no interior do Amazonas é uma vergonha nacional.” Não é fácil, mas a vontade política do ministro nos anima”, avalia o senador Eduardo.



Emprego, proteção ambiental e desenvolvimento regional

Senador Eduardo Braga garante defesa intransigente do modelo da Zona Franca de Manaus

A Zona Franca de Manaus é muito mais que um modelo econômico. Ela equaciona gente, tecnologia e floresta no maior e mais bem-sucedido programa de desenvolvimento regional brasileiro. Com essa convicção, o senador Eduardo Braga teve posição vigorosa, ao longo de todo o ano, em defesa da ZFM, rebatendo de forma dura os ataques desferidos pelo próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, contra os incentivos tributários encaminhados ao programa.

“Só quem desconhece as profundas desigualdades de um país continental como o nosso pode alimentar as críticas infundadas que têm sido dirigidas à Zona Franca de Manaus”, frisou inúmeras vezes o parlamentar.

**O PIM GERA
MAIS DE
350 MIL
EMPREGOS**

No Plenário do Senado, na imprensa, em reuniões com outras lideranças políticas e empresariais, Eduardo Braga apontou dados da própria Receita Federal para criticar o descaso e a falta de informação do ministro, que, em palestra para empresários e políticos, disse que o modelo da Zona Franca “é ruim e custa bilhões em renúncia aos cofres da União”.

Dados oficiais encaminhados ao Congresso indicam que o governo federal vai abrir mão de R\$ 331,18 bilhões de arrecadação em 2020 por conta de renúncias tributárias. Desse total, os incentivos destinados à ZFM não ultrapassam 8,64%.

“O grosso dos incentivos — 50,83% — vai para o Sudeste, a região mais rica do país. Outros 14,59% vão para os estados do Sul”, alerta o senador.



O líder do MDB lembra que os atrativos fiscais trouxeram para Manaus mais de 500 empresas, consolidando um dos maiores polos de produção nos segmentos de eletroeletrônica, duas rodas e refrigerantes do país.

“Além de gerar renda e emprego para o estado, a ZFM é responsável pela maior arrecadação federal do Norte”, pondera o senador Eduardo. Ele argumenta que o Polo Industrial de Manaus também é fundamental para a preservação da floresta amazônica, por oferecer alternativas de trabalho e renda mais lucrativas que atividades predatórias.

BOLSONARO

Em meio aos ataques contra a ZFM, no ano passado, o senador Eduardo fez questão de levar o assunto ao próprio presidente Jair Bolsonaro. Ele destacou, para o presidente, o papel estratégico da ZFM não apenas para o êxito econômico e social do Polo Industrial de Manaus, mas também para a proteção da Amazônia e a integração da região ao restante do país.



Eduardo Braga rebateu com prontidão os ataques feitos pelo ministro Paulo Guedes aos incentivos destinados à ZFM

Relator da proposta que prorrogou, em 2014, os incentivos fiscais da ZFM por mais 50 anos, até 2073, o líder do Amazonas também refutou por diversas vezes, em 2019, críticas de alguns órgãos da imprensa sobre a ampliação dos benefícios.

Segundo o senador Eduardo, a expansão do modelo do Polo Industrial para os municípios próximos de Manaus vai permitir que milhares de amazonenses tenham acesso a emprego, renda e melhoria da logística, benefícios atualmente restritos aos moradores da capital.

“Quando defendemos a floresta amazônica, não podemos esquecer o povo que guarda aquela floresta. Quando dizemos que o Brasil é uma potência em biodiversidade e que a economia da biodiversidade é uma das nossas fronteiras, temos que entender que, sem ciência e tecnologia, sem incentivos fiscais, sem incentivos financeiros, sem logística, nós não seremos competitivos”, discursou em Plenário.

Alívio para o setor de concentrados

O senador Eduardo Braga lidera movimento para reduzir impacto da redução do IPI e garantir empregos gerados pela cadeia produtiva

Um novo decreto presidencial sobre os concentrados de bebidas não alcóolicas aliviou as perdas dos fabricantes instalados no Polo Industrial de Manaus (PIM) em 2019, adiando a redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor. O decreto foi editado em julho, depois que o senador Eduardo Braga liderou um movimento, junto com outros parlamentares da bancada do Amazonas, para pressionar o governo a recuar da decisão de diminuir de 20% para 4% a alíquota de IPI.

O decreto editado durante o governo Temer estabelecia que, até o final de 2019, a alíquota cairia para 8%. Com o novo documento, o percentual ficou em 8% até 30 de setembro, passando para 10% até 31 de dezembro.

“Nossa briga começa a dar resultados. Mesmo não atendendo 100% do nosso pleito, o decreto representou um êxito. Continuaremos lutando, dando um passo de cada vez”, afirma o senador Eduardo.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

A preocupação do parlamentar é preservar a geração de empregos impulsionados pela cadeia produtiva dos concentrados. “São mais de quatro mil empregos diretos, gerados pela fabricação dos concentrados em Manaus e pela produção de guaraná, cana-de-açúcar e outras culturas, no interior do Amazonas. É renda, trabalho e desenvolvimento para os amazonenses”, pondera ele. Além de recorrer a integrantes da equipe econômica, o senador amazonense foi até o presidente Jair Bolsonaro solicitar a manutenção em 12% da alíquota do IPI.

As empresas instaladas na ZFM têm direito a crédito equivalente ao IPI cobrado das companhias que atuam nas outras regiões do país. Quanto maior o imposto, maior o benefício e o estímulo às empresas do PIM.



IDEC divulgação

Frutas amazônicas

Uma alternativa para dinamizar o setor de refrigerantes no Polo Industrial de Manaus é aproveitar a capacidade de distribuição e a capilaridade das empresas para internacionalizar os sucos de frutas amazônicas. A sugestão foi defendida pelo senador Eduardo no seminário “A importância da Zona Franca de Manaus para o Crescimento do País”, promovido pela Associação Brasileira de Direito Tributário e pelo jornal *Correio Braziliense*, em abril.

“Podemos agregar valor de desenvolvimento humano, econômico e ambiental”, afirmou o senador, em sua palestra. Ele se dirigiu, ainda, aos críticos que subestimam a importância do setor para a economia do Amazonas: “O guaraná é proveniente da nossa região. Reduzir o incentivo para quem o utiliza em sua fórmula é desmobilizar a indústria do guaraná no estado e prejudicar quem produz a fruta no interior.”



ZFM: INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO

EDUARDO BRAGA*

“Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante e não igualdade real”. A lição do jurista Rui Barbosa, na famosa *Oração aos Moços*, ilustra bem o papel estratégico da Zona Franca de Manaus. O maior e mais bem-sucedido programa de desenvolvimento regional brasileiro teve vitória merecida no Supremo Tribunal Federal. Só quem desconhece as profundas desigualdades de um país continental como o nosso pode alimentar as críticas infundadas que têm sido dirigidas ao modelo da Zona Franca.

É verdade que houve uma política equivocada de renúncia fiscal nos últimos tempos, agravando de forma alarmante o



Os benefícios para a ZFM sustentam um modelo exitoso de integração e desenvolvimento sustentável

desequilíbrio das contas públicas. Mas a ZFM está longe de ser o vilão dessa história. No bolo dos gastos tributários, que já chegam a 5% do PIB, a participação do programa caiu de 17,1% para 8,5% entre 2009 e 2018. A região Sudeste — a mais rica do país — concentrou 52,5% da renúncia fiscal no ano passado.

Os benefícios destinados constitucionalmente à ZFM sustentam um modelo exitoso de integração e desenvolvimento sustentável e asseguram a soberania nacional na região. Mais que isso: oferecem uma alternativa econômica estratégica para quem vive no Amazonas, protegendo nosso maior patrimônio ambiental, a floresta amazônica.

As mais de 500 empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus geram cerca de 500 mil empregos diretos e indiretos, com destaque para os setores de eletroeletrônico, bens de informática, químico, automotivo (duas rodas) e de bebidas. Sem as vantagens comparativas da ZFM, essas indústrias migrariam para localidades mais próximas dos grandes centros consumidores e a saída para geração de trabalho e renda no Amazonas seria a exploração dos recursos naturais da floresta, com impacto desastroso para a biodiversidade. Com o atual modelo, 97% da cobertura vegetal do estado estão preservados.

O STF agiu com a responsabilidade esperada ao validar a geração de créditos tributários para qualquer empresa que adquirir insumos na Zona Franca. A falta de segurança jurídica afastaria novos investimentos e ameaçaria a manutenção dos empreendimentos já implantados no PIM, com consequências socioeconômicas e ambientais incalculáveis não apenas

para o Amazonas, como para todo o país.

Ninguém questiona o peso excessivo da carga tributária no Brasil, para cidadãos e empresas. O alívio fiscal com que o próprio governo vem acenando é essencial para fomentar a economia. Mas esse alívio não pode se dar, de forma alguma, em detrimento das vantagens comparativas garantidas à ZFM.

Em vez de estrangular um modelo exemplar de desenvolvimento regional, o melhor caminho é impulsionar a produção e o consumo reduzindo juros e ampliando a oferta de crédito — o que só é possível com o estímulo à competição no mercado financeiro.

Insisto: para fomentar o desenvolvimento e a justiça federativa é preciso tratar de forma desigual os desiguais. Quase um século depois, a lição do grande mestre Rui Barbosa continua mais viva que nunca.

*Senador pelo MDB/AM

HOMENAGEM À UFAM



Fotos: Wagner Carvalho

Com o reitor Sylvio Puga e o presidente da CAPES, Anderson Correia

Em solenidade do Senado que homenageou a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em 19 de novembro, o senador Eduardo Braga salientou a importância da instituição para a disseminação do conhecimento e o desenvolvimento regional. “Que a Ufam possa, nos próximos 100 anos, multiplicar o conhecimento, reduzir as desigualdades e alentar a esperança de melhores oportunidades para os amazônidas”, afirmou o parlamentar, que cursou Engenharia Elétrica na Ufam e foi o autor do requerimento que resultou na homenagem.

350 ANOS DA CIDADE DE MANAUS

O senador Eduardo Braga foi à tribuna do Plenário do Senado, em 24 de outubro, celebrar os 350 anos de Manaus. Ex-prefeito da capital e, por dois mandatos consecutivos, governador do Amazonas, o parlamentar lembrou alguns dos projetos que implantou na cidade, como o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. “Foram projetos de recuperação ambiental, de saneamento e, acima de tudo, de valorização do ser humano”, afirmou.

20 ANOS DO MAMIRAUÁ

Os 20 anos do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá foram celebrados com uma sessão especial no Plenário da Casa, a pedido do senador Eduardo Braga. Ele destacou a relevância social da instituição, que assegura às comunidades locais o protagonismo

na conservação da biodiversidade: “Eu não acredito em modelo de desenvolvimento que não leve em consideração, em primeiro lugar, a qualidade de vida daque-



les que lá vivem”, destacou o parlamentar. “É preciso saber respeitar os amazônidas, aqueles que verdadeiramente cuidam, preservam e desenvolvem um manejo sustentável da região”, completou.



MEDALHA MAUÁ

O senador Eduardo Braga foi homenageado, em agosto, com a Medalha do Mérito Mauá. A condecoração é conferida àqueles que contribuem, de forma determinante, para o desenvolvimento do setor de transporte.



Com os prefeitos de Alvarães, Rubem Barbosa, e de Tonantins, Lázaro de Souza Martins



Com os prefeitos Joaquim Corado, de Amaturá, e Nathan Macena, de Careiro Castanho



Com os prefeitos Gean Barros, de Lábrea, e Bruno Ramalho, de Carauari



Com os prefeitos de sete municípios (Manacapuru, Eirunepé, Autazes, Novo Airão, Urucurituba, Boa Vista do Ramos e Guajará)



Com os prefeitos Jair Souto, de Manaquiri, e José Bezerra Guedes, o Zezito, de Tapauá



Com Virgílio Viana, superintendente da Fundação Amazonas Sustentável (FAS)



Com lideranças indígenas Hexkaryana/Nhamundá



Com o prefeito Clóvis Saldanha, o Curubão, de São Gabriel da Cachoeira

GABINETE ABERTO A OS AMAZONENSES



Com os prefeitos Edson Mendes, de Barcelos, Eliana Amorim, de Pauini, e Davi Bemerguy, de Benjamin Constant



Com os prefeitos Bi Garcia, de Parintins, e Nonato Tenazor, de Atalaia do Norte, e o vice-prefeito Neto do Baixo Rio, de Rio Preto da Eva



Com os amigos eletricitários



Com o prefeito de Borba, Simão Peixoto

Fotos: Vagner Carvalho

Os guardiões da floresta

Senador pede rigor científico e bom senso no combate ao desmatamento e às queimadas



Bernardo Oliveira/Instituto Mamirauá

“O debate ambiental não pode ser ideológico. Tem que ser guiado pela ciência, pela tecnologia, pelo bom senso e pelo patriotismo.” A ponderação é do senador Eduardo Braga, que se destacou como uma das vozes mais equilibradas, no Congresso Nacional, durante a crise sobre o avanço do desmatamento e das queimadas na Amazônia.

No Plenário e nas comissões do Senado, o líder criticou acusações infundadas e embates marcados pelo radicalismo nas redes sociais, responsáveis, segundo ele, por jogar ainda mais lenha na fogueira que insiste em queimar a imagem do Brasil no exterior.

Deter a devastação da maior floresta tropical do mundo não é fechar as portas para o crescimento econômico

O mais importante, na visão do senador Eduardo, é não perder o foco no interesse dos povos da Amazônia, “os verdadeiros guardiões da floresta”. Na opinião do parlamentar, a fiscalização ambiental deve ser conduzida de forma rigorosa, para conter o avanço das queimadas e do desmatamento. Mas nem por isso, alerta ele, podem ser negados aos índios, caboclos e ribeirinhos os avanços conquistados pelo desenvolvimento econômico. “Os homens e mulheres da floresta têm direito, como qualquer cidadão brasileiro, a mais oportunidades, a moradia digna, educação, saúde”, avalia.

Foi com essa preocupação que o senador Eduardo reforçou, ao longo de 2019, um dos pilares de seu mandato: a valorização de mecanismos de desenvolvimento



Eduardo Braga pediu audiência pública no Senado para que Ricardo Salles esclarecesse as críticas ao Fundo Amazônia

Vagner Carvalho

regional como a Zona Franca de Manaus, que fomenta a geração de empregos, movimentando a economia e protege a floresta, ao criar alternativas de trabalho e renda mais lucrativas que atividades depredatórias. Para o líder do MDB, embora a comoção internacional seja compreensível diante da importância da floresta amazônica como

reguladora do clima no planeta, a soberania nacional na região é inquestionável. O mais lógico, a seu ver, seria criar um mecanismo internacional de remuneração pelos serviços ambientais prestados pela floresta.

Combate ao desmatamento e apoio ao desenvolvimento

O senador Eduardo cobrou de forma rigorosa do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, esclarecimentos sobre as suspeições levantadas por ele sobre o Fundo Amazônia, mecanismo estratégico para a preservação da floresta amazônica e o desenvolvimento sustentável da região. Foi por iniciativa do líder do MDB que o ministro compareceu a uma audiência pública na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em agosto passado.

“É um absurdo o ministro lançar suspeições infundadas, comprometendo a credibilidade e a continuidade de mais de cem projetos estratégicos para o combate ao desmatamento na Amazônia, nas áreas de manejo florestal, monitoramento, fiscalização, educação ambiental e desenvolvimento sustentável”, argumentou o senador, que reagiu com

preocupação ao congelamento das doações da Noruega e da Alemanha ao fundo, que foi criado em 2018 e já acumula cerca de R\$ 3,4 bilhões.

O parlamentar lembrou ainda que a governança do Fundo Amazônia é de responsabilidade do BNDES e que declarações intempestivas sobre mudanças no órgão executivo e na destinação dos recursos ignoraram resultados positivos de auditorias externas. Ele também criticou duramente a possibilidade de usar parte dos recursos para indenizações de áreas rurais na Amazônia: “Isso não é papel do fundo, é dever do estado.”

Um dos programas apoiados pelo Fundo Amazônia é o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades, da Fundação Amazonas Sustentável, que beneficia mais de 40 mil pessoas de 16 unidades de conservação com apoio a cadeias produtivas do cacau, farinha, castanha, pirarucu, óleos vegetais, agricultura familiar, guaraná, turismo, artesanato, serviços e comércio.



Uma vida digna para quem sobrevive da pesca sustentável

Articulação de Eduardo Braga faz virar lei projeto que inclui produtos extrativos de origem animal, como o pirarucu manejado, na lista dos beneficiados pela política de preços mínimos



Chico Batata

Está em vigor, desde 8 de outubro de 2019, a lei que inclui os produtos extrativos de origem animal, como o pirarucu manejado, na lista dos beneficiados pela política de preços mínimos. O projeto que resultou na lei foi aprovado no fim de agosto do mesmo ano pelo Plenário do Senado, após intensa articulação de Eduardo Braga, relator da proposta na Casa.

Apresentada pela ex-deputada federal Conceição Sampaio, a matéria amplia o universo de produtos abrangidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Dessa forma, assim como cadeias de açaí, andiroba, babaçu, borracha natural e outras acessam subvenção por meio da PGPM-Bio, o mesmo vai se aplicar ao pirarucu manejado.

Durante os debates, o senador amazonense explicou que

a iniciativa representaria uma valorização da pesca sustentável, especialmente do pirarucu. A atividade garante o sustento de cerca de 10 mil pessoas apenas no Amazonas.

ATRAVESSADORES

“As pessoas que dependem da pesca do pirarucu muitas vezes são aviltadas por atravessadores, que pagam um preço desvalorizado. Esse peixe precisa de cuidados especiais”, disse Eduardo Braga nas discussões a respeito da matéria.

O parlamentar chamou atenção, ainda, para a importância de se apoiar a comercialização da espécie: “Em 2017, o preço do quilo do pescado chegou ao aviltante valor de R\$ 4,16. Enquanto isso, o custo de produção variável calculado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), atualizado em novembro de 2018, atingiu R\$ 10,83/kg.”

QUEIMADAS, DESENVOLVIMENTO E BOM SENSO

EDUARDO BRAGA*

Está faltando bom senso ao debate sobre a Amazônia. Paixões ideológicas e ambientais, acusações infundadas, troca de farpas entre chefes de estado e embates marcados pelo radicalismo nas redes sociais jogam ainda mais lenha na fogueira que insiste em queimar a floresta e a imagem do Brasil no exterior. Pior: a falta de equilíbrio nessa discussão coloca em segundo plano os interesses dos povos da Amazônia e a própria soberania nacional.

Se é inquestionável a necessidade de apertar a fiscalização e conter o avanço alarmante das queimadas e do desmatamento, também é preciso entender que



Imagem Internet

Falta de equilíbrio na discussão coloca em segundo plano interesses dos povos da Amazônia e soberania nacional

a Amazônia não é um santuário. Meio ambiente é a relação entre o homem e a natureza. Índios, caboclos e ribeirinhos têm direito, como qualquer cidadão brasileiro, aos avanços trazidos pelo desenvolvimento econômico.

Nós, da Amazônia, queremos ter o pacto federativo resgatado. Não podemos ser penalizados pela precariedade de uma rodovia estratégica como a BR 319, cujas promessas de pavimentação têm sido atropeladas há anos pela burocracia ligada a questões ambientais. Não podemos ter impedido o acesso a uma linha de transmissão energética que interligue Boa Vista a Tucuruí, passando por Manaus. Não

podemos ser proibidos de ter perspectivas de melhoria de vida, de emprego e renda.

Deter a devastação da maior floresta tropical do mundo não é fechar as portas para o crescimento econômico. Pelo contrário. Preservação e desenvolvimento sustentável caminham lado a lado. Para isso, é fundamental valorizar mecanismos de desenvolvimento regional, como a Zona Franca de Manaus, que fomenta a geração de empregos, alimenta a economia e protege a floresta, ao criar alternativas de trabalho e renda mais lucrativas que atividades depredatórias.

A comoção internacional é compreensível diante da ameaça do aquecimento global e da importância da floresta amazônica como reguladora do clima no planeta. Posições extremadas, no entanto, dão margem a propostas descabidas, como a internacionalização da Amazônia. Temos, sim, que apertar a fiscalização e impor tolerância zero a crimes ambientais. Mas a Amazônia brasileira é e precisa continuar a ser nossa. Soberania é um dos princípios fundamentais da nossa República Federativa.

Vale lembrar que, sem a Amazônia, não teríamos o ritmo hidrológico que o Brasil tem. Não haveria hidroelétricas nem agronegócio. O agronegócio, aliás, está na mira de um desastre sem precedentes se não houver um freio no extremismo que vem carimbando o Brasil como vilão ambiental. Quem ganha e quem perde com

eventuais retaliações comerciais ao nosso país?

A arrogância, entretanto, não é boa conselheira. Precisamos ter humildade para aceitar a ajuda internacional. As doações dos países desenvolvidos são bem-vindas para controlar as queimadas e apertar a fiscalização ambiental. Os arranhões diplomáticos gerados pelo injustificável desmonte do Fundo Amazônia têm que ser contornados. Não dá para abrir mão de recursos bilionários, a fundo perdido, enquanto patinamos numa crise fiscal que nos faz contar trocados na preservação do meio ambiente — e em tantas outras áreas.

Se os Estados Unidos estão de fato tão proativos com o Brasil, por que não criam, de uma vez por todas, um mecanismo de remuneração pelos serviços ambientais que a floresta presta? O dinheiro poderia ser usado para valorizar o homem e a mulher que vivem na Amazônia e que são os verdadeiros guardiões do nosso maior patrimônio.

Está na hora de o Brasil entender que a Amazônia não é um problema. É uma solução. Está na hora de traçar o limite entre a indignação e radicalismo, entre críticas construtivas e o destempero verbal e diplomático, a justa comoção pelo avanço das queimadas e os interesses não revelados dos que fazem discursos inflamados sem conhecer de perto a realidade da região. Equilíbrio, bom senso, firmeza e vontade política, tecnologia e inovação — esse é o caminho.

*Senador pelo MDB/AM

Menos juros, mais crédito

A pressão do líder do MDB junto ao governo federal e ao Banco Central foi fundamental para garantir a limitação dos juros do cheque especial, definida em novembro pelo CMN



Uma das principais bandeiras do senador Eduardo Braga ao longo de 2019 foi a redução dos juros extorsivos cobrados no cheque especial e no rotativo dos cartões de crédito. A pressão do líder do MDB junto ao governo federal e ao Banco Central ajudou a garantir uma vitória importante no Conselho Monetário Nacional, no final de novembro, quando uma resolução limitou em 8% os juros do cheque especial a partir de 6 de janeiro. A expectativa é que a taxa caia para cerca de 150% ao ano, menos da metade dos 306% ao ano cobrados em outubro.

“Foi uma redução significativa, mas queremos mais. O Conselho Monetário também precisa, com urgência, limitar os juros extorsivos cobrados no rotativo dos cartões de crédito”, argumenta o senador Eduardo, que chegou a acenar com a apresentação de uma proposta legislativa capaz de forçar medidas mais radicais que a anunciada pelo Banco Central em novembro.

O próximo passo é limitar os juros extorsivos cobrados no rotativo dos cartões de crédito

Nos debates em Plenário e nas comissões permanentes, o líder do MDB teve, durante todo o ano, uma posição firme em defesa de propostas que pudessem facilitar a oferta de crédito e estancar a escalada dos juros. Foi assim, por exemplo, com o projeto que autorizou a adesão automática de consumidores e empresas aos cadastros positivos de crédito, favorecendo os bons pagadores, e com o projeto que criou as Empresas Simples de Crédito, facilitando o acesso de pequenos empreendedores a créditos com menores custos.

Eduardo Braga também cobrou medidas concretas por parte da equipe econômica. Em duas audiências públicas com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto — cuja indicação foi relatada pelo próprio senador, no início do ano —, ele foi direto ao ponto: “Por que o Banco Central não lança mão de instrumentos já existentes para limitar os juros extorsivos cobrados de cidadãos e empresas no rotativo do cartão de crédito e no cheque especial? Não vemos o Conselho Monetário exercer sua prerrogativa regulatória.”



Vagner Carvalho

A indicação de Roberto Campos Neto para o Banco Central foi relatada por Eduardo Braga em fevereiro

O parlamentar pontuou, por diversas vezes, que “quem mais sofre com essas taxas extorsivas, de até 400% ao ano, são os mais pobres, obrigados a lançar mão do cheque especial ou do cartão de crédito para pagar as suas contas”. Em sua opinião, a melhor receita para o Brasil retomar o caminho do desenvolvimento é a redução das taxas de juros e a ampliação da oferta de crédito, especialmente para micro e pequenas empresas.

Eduardo Braga, que tem se destacado no combate ao cartel do sistema financeiro, acredita que só será possível reduzir os juros reais no Brasil quando o governo tiver coragem e vontade política para enfrentar os donos dos bancos e garantir maior concorrência no mercado de crédito.

Ele lembrou que, apesar do anúncio de fechamento de centenas de agências e demissões de milhares de funcionários, os bancos têm tido lucros crescentes a cada trimestre. “A população não pode continuar sendo penalizada enquanto os bancos experimentam enormes lucros trimestrais”, ponderou.

DINHEIRO NA PRAÇA

Em encontro promovido entre os membros da Comissão de Assuntos Econômicos e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em abril, Eduardo Braga foi taxativo: no atual cenário de desemprego, inflação baixa e estagnação econômica não existe sentido em manter quase R\$ 500 bilhões em depósitos compulsórios — a parcela do dinheiro dos bancos retida no Banco Central para garantir a estabilidade financeira e ajudar no combate à inflação.

“O Banco Central precisa com urgência liberar parte dos compulsórios para aumentar a oferta de crédito, a juros baixos, especialmente para os pequenos empreendedores”, disse o senador na ocasião. A sugestão foi em parte acatada no final de junho, quando o ministro da Economia anunciou uma primeira redução dos depósitos compulsórios. A expectativa era que a medida injetasse mais de R\$ 100 bilhões na economia. É mais dinheiro na praça para girar a roda da economia e fomentar a geração de empregos.

Justiça fiscal para cidadãos e empresas

Projeto de Eduardo Braga amplia para até cinco salários mínimos faixa de isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas e reduz taxa para pessoas jurídicas

A tributação de renda é particularmente injusta no Brasil. Quanto mais pobre, mais tributo se paga, em termos proporcionais. Foi para mudar essa realidade e garantir mais justiça fiscal para cidadãos e empresas que o senador Eduardo Braga apresentou, em abril passado, projeto de lei que altera a tributação de renda para pessoas físicas e jurídicas.

O contribuinte que ganha até cinco salários mínimos, equivalentes a R\$ 4.990 em 2019, ficaria isento do pagamento — hoje a faixa de isenção mensal é de R\$ 1.903,98. A medida beneficiaria cerca de 12,3 milhões dos contribuintes. “É um alívio financeiro mais do que justo, para os que mais precisam”, diz o senador.

“A renda do trabalhador vem sendo achatada ano após ano pelo Fisco”, explica o senador Eduardo, lembrando que a defasagem da tabela progressiva do IRPF frente à inflação já chega a 88,4%, pelos cálculos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

DIVIDENDOS

A tributação acima de cinco salários mínimos seria unificada em 27,5%, a alíquota máxima da atual tabela. A faixa de isenção seria considerada como par-

cela dedutível, ou seja, quanto maior a renda, maior a alíquota efetiva a ser suportada pelo contribuinte. Dois exemplos: quem tem rendimentos mensais de R\$ 7,5 mil teria o imposto efetivo reduzido de 15,9% para 9,2%; a redução para quem ganha R\$ 10 mil mensais seria de 23,15% para 20,63%.

Para compensar a renúncia fiscal relativa ao alargamento da faixa de isenção, garantindo o equilíbrio fiscal, a sugestão do senador Eduardo é



acabar com a isenção do imposto para lucros ou dividendos distribuídos por empresas a seus sócios e acionistas, um benefício injustificável, que fere princípios básicos do Direito Tributário, de igualdade e capacidade contributiva, e que não encontra paralelo na maioria dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Lucros e dividendos passariam a ser taxados em 15%, mesma alíquota incidente sobre os ganhos da maioria das aplicações financeiras e ganho de capital em operações com ações.

EMPRESAS

O senador também propõe a redução de 15% para 12,5% da alíquota padrão do Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas. O adicional de 10% seria reduzido para 7,5%. “O objetivo é dar mais fôlego financeiro às nossas empresas, estimulando a geração de renda e emprego no país”, argumenta.

De acordo com o texto, o benefício fiscal hoje concedido às empresas no pagamento de juros sobre capital próprio a sócios e acionistas seria extinto, assim como as isenções concedidas para estimular os investidores a optarem por ativos financeiros.

A arrecadação pública não seria prejudicada com os ajustes propostos por Eduardo Braga. Pelo contrário. Somadas as isenções e as novas taxações, a estimativa é que haja um aumento de arrecadação da ordem de R\$ 26,8 bilhões, dos quais em torno de R\$ 13,6 bilhões seriam destinados aos cofres da União.



Ganho real para o salário mínimo

Senador Eduardo propõe reajuste com base na inflação futura e na variação do PIB per capita dos dois últimos anos

O senador Eduardo Braga protocolou, em 2019, projeto que garante ganho real para o salário mínimo nos próximos quatro anos. O reajuste seria baseado na expectativa de inflação futura projetada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e não na inflação medida no ano anterior, rompendo o mecanismo de indexação que é alvo de críticas por parte de especialistas. A segunda inovação é a indicação, como índice de aumento real, da variação positiva do PIB per capita dos 24 meses que antecedam ao reajuste. Entre 2015 e 2019 o aumento real do salário mínimo era baseado na taxa do PIB verificada dois anos antes do reajuste.

“Valorizar o salário mínimo é garantir mais dignidade a cerca de 80 milhões de brasileiros”

“Valorizar o salário mínimo é garantir mais dignidade a cerca de 80 milhões de brasileiros — 50 milhões de trabalhadores formais e informais; 4,6 milhões de beneficiários do BPC e 23 milhões de aposentados e pensionistas que recebem o piso previdenciário”, defendeu o senador Eduardo.

CRÉDITO MAIS BARATO: APOSTA NOS PEQUENOS NEGÓCIOS

EDUARDO BRAGA*

Como reerguer a economia num cenário de escassez de crédito e de investimentos, desemprego nas alturas, crise fiscal e turbulência política? O avanço de um novo pacto federativo no Congresso é um primeiro passo. Outro, ainda mais desafiador que a reforma da Previdência, é a aprovação de novas reformas estruturais. Também é fundamental fortalecer as políticas de desenvolvimento regional para reduzir as desigualdades econômicas e sociais.

Mas a economia vai continuar patinando sem a ampliação de crédito — e crédito mais barato — a um segmento estratégico para a geração de emprego e renda no Brasil: as micro e pequenas empresas de



Imagem Internet

comércio e prestação de serviços.

Padarias, armazinhos, papelarias, lojinhas de varejo de moda, de prestação de serviços de eletrônica e de informática, lanchonetes, escritórios de advocacia, salões de beleza e outros inúmeros pequenos negócios representam 99% de todas as nossas empresas, respondem por 44% da massa salarial e geram 27% do PIB nacional.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) deixam claro o peso dos pequenos empreendimentos. No último mês de agosto, foram eles os responsáveis por oito em cada dez empregos gerados no país. São eles que empregam

**Não há como
incrementar produção
e consumo sem
multiplicar a oferta
de crédito e reduzir
os juros**

55% do total de trabalhadores com carteira assinada, num momento de informalidade recorde no mercado de trabalho. Motivos de sobra para assegurar maior fôlego a um setor asfixiado pela crise — a Serasa listou 5,5 milhões de micro e pequenas empresas inadimplentes, em julho passado.

A criação da Empresa Simples de Crédito (ESC), que aprovamos em março passado no Senado, foi uma conquista importante, ao permitir que pequenos empresários emprestem para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte a juros menores e sem as formalidades do sistema financeiro. A expectativa é que sejam injetados R\$ 20 bilhões no mercado.

Ainda é pouco. Não há como incrementar produção e consumo sem multiplicar a oferta de crédito e reverter os juros aviltantes cobrados hoje na ponta — mais de 300% ao ano, no caso dos cartões de crédito e cheques especiais.

É a falta de concorrência, muito mais que o nível de risco das operações de crédito, que eleva os juros. O Relatório de Economia Bancária divulgado em maio pelo Banco Central aponta que, em 2018, os cinco maiores bancos do Brasil — Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa Econômica Federal — concentraram 84,8% dos empréstimos no país. Depois do sacrifício exigido dos trabalhadores na reforma da Previdência, é hora de o governo mostrar coragem e vontade política para quebrar o cartel do sistema financeiro.

Outra medida crucial é a redução do volume de depósitos compulsórios junto ao Banco Central. Com uma inflação abaixo do centro da meta e uma economia beirando a estagnação, não há justificativa plausível para manter retidos mais de R\$ 500 bilhões em compulsórios. Parte desse dinheiro deveria ser usada para movimentar a economia, especialmente os pequenos negócios.

É vergonhoso que o Brasil ocupe o 124º lugar entre 190 países no ranking do Banco Mundial que avalia o nível de facilidade de fazer negócios. A burocracia é um de nossos grandes entraves. Mesmo com a edição da Lei da Liberdade Econômica, ela continua roubando tempo, dinheiro e competitividade de nossos empresários. A teia tributária, complexa e cara, também asfixia os sonhos de milhões de pequenos empreendedores que poderiam fazer o país se movimentar em ritmo mais acelerado. É injustificável continuar adiando uma reforma apontada como urgente há mais de uma década.

Impulsionar pequenos negócios é buscar a saída para driblar a baixa expectativa do crescimento econômico — menos de 1% em 2019 e 2% em 2020 — e um caminho certo para reduzir a desigualdade social, que segue alarmante no Brasil. Essa é uma agenda que pode unir o Brasil. Para isso, o compromisso com a retomada da economia tem que falar mais alto que o radicalismo e as desavenças políticas que dividem o país e turvam a confiança de investidores.

*Senador pelo MDB/AM



VOTO SIM!

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PEC 06/19 – estabelece mudanças profundas na previdência de trabalhadores do regime geral e de servidores públicos, como a definição de uma idade mínima de aposentadoria.

“Meu voto foi nortado pela responsabilidade não apenas com as contas públicas, mas, acima de tudo, com o justo direito de futuras gerações aos benefícios previdenciários.” EB



CADASTRO POSITIVO

PLP 54/19 – cria adesão automática de consumidores e empresas aos cadastros positivos de crédito.

“O cadastro positivo é conquista importante para que os bons pagadores tenham acesso a juros menores.” EB

PRECATÓRIOS

PEC 95/19 – prorroga de 2024 para 2028 o prazo para estados e municípios quitarem precatórios jurídicos.

“Em tempos de aperto fiscal, é um alívio mais do que bem-vindo para que estados e municípios possam ampliar os investimentos e a geração de empregos país a fora.” EB

PEQUENOS NEGÓCIOS

PLC 113/15 – autoriza o uso de garantia solidária por microempresas que precisam tomar empréstimos financeiros.

“Ampliar a oferta de crédito para micro e pequenas empresas é condição básica para a retomada do crescimento econômico.” EB

COMBATE À IMPUNIDADE

PLC 27/17 – estabelece medidas contra a corrupção e a criminalização do abuso de autoridade cometido por magistrados e membros do Ministério Público.

“Precisamos acabar de uma vez por todas com a impunidade e com os abusos que ferem garantias individuais.” EB

EMPRESA SIMPLES DE CRÉDITO

PLC 135/18 — permite que pequenos negócios sejam financiados com capital de pequenos empreendedores, a um custo mais baixo.

“Ao baratear o crédito para pequenos empreendedores, será possível estimular a economia e gerar mais empregos.” EB

DESBUROCRATIZAÇÃO

PEC 57/16 — simplifica a burocracia fiscal e tributária em municípios de pequeno porte.

“O projeto beneficia milhares de municípios, ajudando no desenvolvimento da sua economia e na prestação de serviços à população.” EB

COMBATE A FRAUDES

MPV 871/19 — aprimora os mecanismos de combate a desvios, sonegações e desperdícios na Previdência Social.

“Uma medida fundamental para combater fraudes e ajudar a conter o déficit da Previdência.” EB

NOVA LEI DA INFORMÁTICA

PL 4805/19 — revê benefícios fiscais para atender exigências da Organização Mundial do Comércio.

“Conseguimos construir um texto que preserva as vantagens competitivas das empresas da ZFM. Não dá para abrir mão de uma política que estimule uma indústria 4.0 no país.” EB

**VOTO
SIM!** 



Vagner Carvalho



COMBATE AO NARCOTRÁFICO

MP 885/19 - facilita a venda de bens apreendidos do tráfico de drogas.

“É um reforço importante no combate à violência, já que os recursos do narcotráfico vão ser destinados para a prevenção e o reaparelhamento das forças de segurança.” EB

MÉDICOS PELO BRASIL

MP 890/19 — institui o Programa Médicos pelo Brasil em substituição ao Mais Médicos.

“Quem sai ganhando é a população mais pobre, que mora nas regiões mais distantes e excluídas do Brasil, como o Vale do Javari, no Alto Rio Solimões.” EB

PACOTE ANTICRIME

PL 6.341/19 — torna a legislação penal e processual penal mais rigorosa.

“É um grande avanço no endurecimento ao crime e no combate à impunidade.” EB

LUTA CONTRA O FEMINICÍDIO

PEC 75/19 — torna imprescritível o crime de feminicídio.

“Não podemos aceitar que milhares de mulheres continuem a ser mortas, a cada ano, por conta do machismo, da covardia e da ignorância.” EB

ORÇAMENTO IMPOSITIVO

PEC 34/19 - torna obrigatória a execução da programação orçamentária oriunda de emendas coletivas.

“A garantia da execução das emendas de bancada vai significar investimentos e obras estruturantes para o Amazonas e outros estados mais pobres da Federação.” EB

LIBERDADE ECONÔMICA

MP 881/19 — flexibiliza regras trabalhistas e simplifica processos para empresas e empreendedores.

“A medida destrava a relação empresarial, ajudando a alavancar o crescimento econômico.” EB

CESSÃO ONEROSA

PEC 98/19 - permite que a União compartilhe com estados e municípios os recursos arrecadados nos leilões do pré-sal.

“É um primeiro e importante passo para um novo pacto federativo, com divisão mais justa de recursos entre todos os entes federados.” EB





Foto: Wagner Carvalho

EDUARDO BRAGA É UM DOS PARLAMENTARES MAIS INFLUENTES DO CONGRESSO NACIONAL

Líder do MDB se destacou na categoria “negociador”, no estudo “Cabeças do Congresso”, do Diap

O líder do MDB e da maioria no Senado, Eduardo Braga, é um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, de acordo com estudo divulgado em junho de 2019 pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O “Cabeças do Congresso” é publicado anualmente pelo Diap e tem como objetivo identificar deputados e senadores que efetivamente lideram o processo decisório no Poder Legislativo, com base em atributos como “o saber, o equilíbrio, a prudência, a experiência, a credibilidade e a respeitabilidade”.

Essa é a sexta vez em que Eduardo Braga aparece no clube restrito dos “Cabeças do Con-

gresso”, selecionados entre os 594 parlamentares que formam as duas Casas legislativas. Neste ano foram selecionados 71 deputados e 29 senadores, dentre eles apenas três do estado do Amazonas. “É uma honra figurar mais uma vez nesse ranking do Diap, o que reforça nossa responsabilidade pela construção de um diálogo político democrático em defesa dos interesses de nosso país e de nosso povo”, comentou o senador Eduardo.

O nome do líder do MDB se destaca na categoria de “negociador”, ou seja, num grupo de parlamentares que, segundo o Diap, têm experiência, respeito e autoridade para firmar e honrar compromissos à mesa de negociação.

Essa indicação reforça nossa responsabilidade pela construção de um diálogo democrático em defesa dos interesses do país e de nosso povo

Amarga, mas necessária

Eduardo Braga se destacou como um dos principais articuladores para que a reforma da Previdência fosse norteadada pelo equilíbrio entre ajuste fiscal e responsabilidade social



Vagner Carvalho

Não foi a reforma ideal, mas foi a reforma possível, diante do enorme desequilíbrio fiscal do país e da necessidade urgente da retomada da geração de emprego e renda e da capacidade de financiamento do estado brasileiro. A análise é do senador Eduardo Braga, que, ao longo de 2019, defendeu a aprovação da reforma da Previdência como um “voto amargo, mas necessário”. O parlamentar argumentou que, mesmo representando um sacrifício para todos os trabalhadores, a reforma é um marco histórico no sistema de seguridade social e tem o mérito de enfrentar privilégios e preservar direitos das parcelas mais carentes da população.

“Meu voto foi norteadado pela responsabilidade não apenas com as contas públicas, mas, acima de tudo, com o justo direito de futuras gerações aos benefícios previdenciários”, argumentou o senador Eduardo. Ele

“Não é a reforma ideal, mas o sacrifício exigido dos trabalhadores tem o enorme mérito de evitar o colapso da Previdência, garantindo um sistema sustentável para todos os brasileiros”

lembrou que o envelhecimento da população, a redução dos índices de natalidade e o avanço acelerado das despesas previdenciárias aprofundaram de tal forma o desequilíbrio do sistema que não havia como escapar de mudanças profundas e abrangentes, como a definição de uma idade mínima de aposentadoria.

Na opinião do senador Eduardo, o Brasil não aguenta mais um déficit fiscal que gera quase 13 milhões de desempregados e coloca cerca de 40 milhões de trabalhadores na condição de subempregados. "Não dá para aceitar que metade do Orçamento Geral da União seja gasto para bancar o déficit da Previdência, enquanto faltam recursos para a saúde pública, educação, segurança e para investimentos públicos", completou.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como líder do MDB, Eduardo Braga teve atuação importante para derrubar mudanças que prejudicariam parcelas menos favorecidas da população, como aposentados rurais e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). "O texto original do governo era extremamente injusto com aqueles que vivem no sertão do Nordeste, no interior da Amazônia, nos grotões do Brasil", explicou, lembrando, ainda, que a reforma enfrentou "uma questão que o povo não aguenta mais: financiar privilégios".

Foi de autoria do senador Eduardo a emenda incluída no relatório de Tasso Jereissati determinando que, em nenhuma hipótese, a pensão por morte pode ser inferior ao salário mínimo. Outro ponto importante, incluído pelo MDB no texto da reforma, garantiu mecanismo especial de contribuição para trabalhadores de baixa renda e para quem está na informalidade. O abono salarial até dois salários mínimos também foi mantido com o voto de Eduardo Braga.

Mesmo defendendo a aprovação da reforma da Previdência, Eduardo Braga só confirmou seu apoio no segundo turno de votação diante do compromisso do governo de acelerar as propostas do pacto federativo, estabelecendo condições para que estados e municípios voltem a ter capacidade de investimento. "Isso significa gerar emprego e renda no interior do Brasil, significa voltar a ter consumo para que a indústria volte a crescer", explicou.

Aposentadorias especiais

Projeto do senador Eduardo garante tratamento especial a trabalhadores expostos a agentes nocivos

Para que a reforma da Previdência fosse aprovada em segundo turno no Senado, governo e oposição fecharam um acordo para regulamentar as aposentadorias especiais de quem trabalha em atividades com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde. O acordo foi costurado na liderança do MDB e a autoria do projeto ficou a cargo do senador Eduardo Braga.

"O objetivo foi estabelecer critérios rigorosos para acesso à aposentadoria especial, evitando a intensa judicialização que existe hoje em relação à chamada periculosidade", pondera o parlamentar.

O projeto define a idade mínima de 55 a 60 anos, com efetiva exposição a agentes nocivos de 15 a 25 anos, como critérios de acesso à aposentadoria especial. Quem já está no Regime Previdenciário terá que cumprir uma etapa de transição.

São enquadradas como atividades de risco, entre outras, a vigilância ostensiva e o transporte de valores, a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações de municípios, assim como atividades de mineração subterrânea e exposição ao amianto.

Imagem Internet



Renovação de ideias e compromissos

Senador Eduardo reafirma a união e a independência do MDB na Convenção Nacional da legenda

“O MDB é o partido do Brasil e dos brasileiros. Foi assim que fizemos a transição democrática e é assim que vamos continuar defendendo as bandeiras da democracia, o desenvolvimento econômico e social e a responsabilidade ambiental.” A afirmação foi feita pelo líder do MDB no Senado, Eduardo Braga, em discurso na Convenção Nacional da legenda, que elegeu, no último dia 6 de outubro, em Brasília, o deputado Baleia Rossi para a presidência do partido.

O senador Eduardo elogiou a capacidade de diálogo de Rossi e disse que o acordo em torno do nome do deputado construiu a união necessária entre as bancadas da Câmara e do Senado, lideranças estaduais e municipais. A convenção marcou, de acordo com Eduardo Braga, “a renovação de ideias e compromissos do MDB e o retorno às origens do partido, que sempre representou os anseios populares”. O líder reafirmou a independência do MDB em



Fotos: Vagner Carvalho

Sandra Braga, suplente do senador Eduardo Braga, também marcou presença na Convenção Nacional do MDB

relação ao atual governo, deixando claro que o partido orienta suas posições de acordo com os interesses do país e do povo.

O Brasil precisa de um MP independente e apartidário

Relator, na Comissão de Constituição e Justiça, da indicação do subprocurador Augusto Aras para o comando da Procuradoria-Geral da República (PGR), Eduardo Braga reafirmou posição firme sobre a atuação do Ministério Público: “Todos desejamos um Ministério Público independente, autônomo e apartidário, que tenha posições claras para que possamos avançar rumo ao crescimento econômico, ao combate à corrupção e ao crime organizado, sem ativismo político.”

No parecer, em que concluiu que Aras cumpria os requisitos legais para assumir o cargo, o senador pediu que o indicado deixasse a advocacia e se afastasse da Sociedade Aras Advogados Associados assim que assumisse a PGR. O pedido foi acatado por Aras, em carta enviada ao relator.



Eduardo Braga foi o relator da indicação de Augusto Aras à Procuradoria-Geral da República



“Glicose na veia”

O avanço de um novo pacto federativo começa a garantir mais recursos para reduzir as desigualdades regionais e movimentar a economia do país

“Os recursos do leilão do pré-sal vão ser glicose na veia para gerar emprego e renda no interior do nosso Amazonas e de todo o Brasil.” A avaliação é do senador Eduardo Braga, um dos principais articuladores da aprovação da chamada PEC da Cessão Onerosa no Senado, no começo de setembro. Com a divisão dos recursos do leilão dos excedentes do petróleo do pré-sal da cessão onerosa entre União, estados e municípios, o Amazonas recebeu um total de R\$ 262,42 milhões extras — R\$ 176,6 milhões destinados ao estado e R\$ 85,7 milhões aos municípios.

O resultado do leilão foi bem inferior ao esperado — R\$ 69,96 bilhões, frente aos R\$ 106,5 bilhões estimados pelo governo inicialmente —, mas, mesmo assim, foi possível injetar cerca de R\$ 5,3 bilhões extras nos cofres estaduais e R\$ 5,3 bilhões nos cofres municipais.

**O AMAZONAS
RECEBEU
R\$ 262 MI
DO LEILÃO DA
CESSÃO ONEROSA**

Na avaliação do senador Eduardo, apesar da falta de planejamento estratégico por parte do governo ter frustrado o resultado do leilão, “a partilha dos recursos vai permitir que governos estaduais e municipais, que hoje

estão quebrados, possam investir em obras e garantir avanços na área social”.

A PEC da Cessão Onerosa foi um dos principais pontos do novo pacto federativo em discussão no Senado. “Esse novo pacto — explica Eduardo Braga — é fundamental para afrouxar a centralização excessiva de recursos na União, reduzir a pobreza e as desigualdades regionais.”

Foi também com a ajuda do líder do MDB que o Senado aprovou, em abril passado, a chamada PEC do Orçamento Impositivo, outro avanço no sentido de maior justiça federativa. “Com a garantia da execução das emendas de bancada, cada estado vai receber, nos próximos três



Eduardo Braga foi um dos principais articuladores da PEC dos Precatórios e da PEC da Cessão Onerosa

anos, cerca de R\$ 1 bilhão, dinheiro suficiente, por exemplo, para equacionar problemas de mobilidade urbana, investir em saneamento básico e na área de saúde”, explica o parlamentar.

A aprovação da proposta de emenda constitucional que prorrogou de 2024 para 2028 o prazo para estados e municípios quitarem precatórios jurídicos — dívidas a empresas já decididas na Justiça — foi outra conquista importante no desenho de um novo pacto federativo.

MAIS BRASIL

No final do ano, o debate econômico foi movimentado pelo Plano Mais Brasil, apresentado pelo governo, com três propostas de emendas constitucionais. O eixo central de uma delas é a extinção ou desvinculação de recursos de fundos públicos. A sugestão da liberação de recursos paralisados em fundos infraconstitucionais, como o Fundo da Aviação Civil e o Fundo da Marinha Mercante, já vinha sendo defendida há meses por Eduardo Braga. “Qual o sentido de manter mais de R\$ 220 bilhões acumulados em fundos, sem uso, num momento de crise fiscal e carência de recursos para investimentos?”, questiona o senador.

A proposta mais abrangente, a PEC do Pacto do Federativo, vai merecer atenção especial do senador Eduardo em 2020. O líder é taxativo: “O equilíbrio federativo é essencial para o desenvolvimento do país e a redução das desigualdades.”

ALÍVIO PARA OS PEQUENOS MUNICÍPIOS

Emenda do senador Eduardo Braga à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 garantiu um alívio financeiro considerável para 4.903 municípios brasileiros, pelos cálculos da Confederação Nacional do Municípios. O texto assegura às cidades com até 50 mil habitantes a possibilidade de celebrar convênios e receber recursos federais, ainda que estejam inadimplentes junto à União. Até então as prefeituras com irregularidades listadas no Cadastro Único de Convênios (Cauc), do Tesouro Nacional, ficavam impedidas de receber transferências voluntárias — destinadas para obras e investimentos.

“No caso do Amazonas, vão ser beneficiadas 52 cidades, especialmente as que dependem quase que exclusivamente de verbas federais para manter a máquina administrativa em funcionamento, além de serviços essenciais, como saúde e educação”, explica o líder do MDB, dando, como exemplo, os municípios de Canutama, Pauini, Itamarati, Japurá e Uarini.

Mais investimentos nas refinarias do AM

Senador pressiona presidente da Petrobras: "Cadeia produtiva do estado não pode ser prejudicada"

Em audiência pública no Senado, em agosto, Eduardo Braga pressionou o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, a dar uma satisfação sobre o destino da refinaria Isaac Sabbá (Reman), em Manaus, e da Província Petrolífera de Urucu, em Coari.

Segundo ele, a falta de investimentos nas unidades tem prejudicado a extensa cadeia produtiva que o setor de petróleo e gás abrange no Amazonas, comprometendo, inclusive, a geração de emprego e renda na região.

O líder do MDB lembrou ao presidente da Petrobras que o segmento responde por 25% do PIB estadual e que o desinteresse da empresa em investir na refinaria já motivou a inauguração de dois terminais hidroviários no Amazonas, cuja principal função é importar combustível.

"Somos hoje obrigados a comprar de fora aquilo que temos em nosso território. A economia do Amazonas, um estado produtor de óleo e gás, é que perde", disse o parlamentar.

GASODUTO

Castello Branco afirmou que a Petrobras fará os investimentos necessários na Reman, caso não surjam empresas ou grupos interessados na refinaria.

O caso de Urucu, que produz 40 mil barris por dia e há dez anos não conta com investimentos para pes-



Imagem internet



Jane de Araújo/Agência Senado

Castello Branco garantiu investimentos na refinaria Isaac Sabbá (Reman) se não houver empresas ou grupos interessados na compra

quisa e prospecção, ainda está em estudo, segundo o presidente da companhia.

O senador Eduardo Braga ainda criticou a decisão da Petrobras de vender o gasoduto Urucu-Coari-Manaus sem ter concluído o seu plano de expansão.

"A empresa fez um investimento de 800 km e garantiu a entrega de 5,5 milhões de metros cúbicos de gás natural em um gasoduto com capacidade para transportar 11 milhões de metros cúbicos. A extensão de 140 km, incluindo a bacia do Rio Juruá, duplicaria essa capacidade", argumentou.

Eficiência e sustentabilidade

Projeto de energia solar idealizado por Eduardo Braga já é realidade

Em agosto o presidente Jair Bolsonaro inaugurou a primeira etapa da usina solar flutuante no Reservatório de Sobradinho (BA), da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). O projeto é pioneiro no mundo e foi idealizado por Eduardo Braga quando esteve à frente do Ministério de Minas e Energia, entre 2015 e 2016.

A tecnologia permite o uso da capacidade ociosa do sistema de transmissão das usinas hidrelétricas e passou por testes também na Hidrelétrica de Balbina (AM). No caso de Sobradinho, ela vai garantir energia elétrica para o bombeamento de água do projeto de

integração do Rio São Francisco, beneficiando 12 milhões de pessoas.

“É uma felicidade constatar que nossa missão de construir um setor cada vez mais robusto e seguro do ponto de vista energético foi levada adiante. Precisamos de um setor elétrico eficiente e limpo do ponto de vista ambiental, mais sustentável do ponto de vista social e mais barato para o consumidor e para a indústria”, observou o senador. Ele espera que, em breve, seja entregue a primeira etapa da usina solar do reservatório de Balbina.

Energia limpa e mais barata

Outro legado importante do senador Eduardo Braga como ministro foi a construção de 87 usinas elétricas no Amazonas. Em agosto, ele visitou duas delas, em Careiro Castanho e Manaquiri. “O que fizemos no MME está sendo concluído. Estamos saindo das máquinas velhas e entrando no século 21”, destacou.

O senador salientou que as novas usinas vão acabar com os problemas de energia no interior do Amazonas, garantindo o fornecimento de energia limpa e de baixo custo. A usina do Careiro está em fase de conclusão e vai gerar 11,5 megawatts de energia instalada, 40% a mais do que o município necessita.

A redução média de 5,96%, da tarifa de energia no Amazonas, em novembro, foi comemorada por Eduardo Braga: “Uma decisão mais do que justa. Buscamos deter, em todas as instâncias do setor de energia, a possibilidade de aumento da conta de luz. Infelizmente, o Amazonas, especialmente o interior, ainda enfrenta constantes interrupções de energia.”



SUA IDEIA PODE VIRAR LEI

Acesse:
senado.leg.br/ecidadania
ou ligue no 0800 61 22 11



IDEIA LEGISLATIVA

Envie sua ideia para ser avaliada pelos senadores



EVENTO INTERATIVO

Participe das audiências públicas enviando perguntas e comentários



CONSULTA PÚBLICA

Opine sobre todos os Projetos de Lei que estão no Senado

